

# **Destinatários**:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

## 129 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 27/06 a 01/07/2022

1. CIMEIRA DA NATO - MADRID		1
2. CIMEIRA DO G	7	2
3. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA CHECA DO CONSELHO DA UE		3
4. COOPERAÇÃO	INTERPARLAMENTAR   POLÍTICA DE ALARGAMENTO	3
5. INFLAÇÃO NA V	UE	4
6. PROVEDORA D	E JUSTIÇA - SMS DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA	4
7. COMISSÃO EUR	OPEIA	5
	Relatório de Prospetiva Estratégica 2022	5
	Política de Coesão e apoio à Ucrânia	6
	Nova regras de itinerância - Roaming	6
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		7
	Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia (Energia)	7
	Conselho (Ambiente)	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7
10. ACADEMIA   ESTUDOS TEMÁTICOS		7

#### 1. CIMEIRA DA NATO - MADRID

Realizou-se, esta semana, a <u>Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)</u>, em Madrid. Como temos vindo a dar nota ao longo das últimas sínteses, esta Cimeira assumia particular importância no contexto da resposta à agressão militar da Federação russa contra a Ucrânia e da renovada arquitetura de segurança da Europa neste <u>contexto</u>.

A Cimeira, realizada entre 28 e 30 de junho, acordou uma Declaração final (disponível <u>aqui</u>) e as principais decisões tomadas foram sintetizadas na conferência de imprensa do Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, disponível <u>aqui</u> e <u>aqui</u>. Destas declarações, destacamos a referência de que "os líderes da NATO tomaram decisões para transformar e reforçar a nossa Aliança neste momento crucial para a nossa segurança" e que "A guerra do Presidente Putin contra a Ucrânia abalou a paz na Europa. E criou a maior crise de segurança na Europa desde a Segunda Guerra Mundial", tendo a Aliança respondido "com força e unidade".





Assim sendo, foi reiterado o apoio da NATO à Ucrânia "durante o tempo que for preciso", acrescentando-se que "os aliados continuarão a prestar uma grande ajuda militar e financeira.", o que se materializou num Pacote de Assistência Integral para a Ucrânia que "inclui comunicações seguras, combustível, suprimentos médicos, e blindagem corporal, equipamento para combater as minas e as ameaças químicas e biológicas, centenas de sistemas antidrone portáteis.". Nas palavras do Secretário-Geral da NATO, "A longo prazo, ajudaremos a Ucrânia na transição do equipamento da era soviética para o moderno equipamento da NATO. Aumentar a interoperabilidade. E reforçar ainda mais as suas instituições de defesa e segurança. Tudo isto mostra o nosso compromisso com o futuro da Ucrânia, e que o nosso compromisso é inabalável. Uma Ucrânia forte e independente é vital para a estabilidade da zona euro-atlântica."

Esta Cimeira ficou ainda marcada pelo progresso no **processo de adesão da Finlândia e da Suécia** à NATO, após a celebração de um memorando trilateral entre estes países e a Turquia (disponível <u>aqui</u>) o que permitiu, nos termos da Declaração final da Cimeira, abordar as preocupações de segurança suscitadas pela Turquia neste contexto. Nos termos deste memorando, estes países comprometem-se a:

- Estabelecer um mecanismo conjunto e estruturado de diálogo e cooperação a todos os níveis de governo para reforçar a cooperação na luta contra o terrorismo, o crime organizado, e outros desafios comuns que assim o decidam;
- a Finlândia e a Suécia conduzirão a luta contra o terrorismo com determinação, e em conformidade com as disposições dos documentos e políticas relevantes da NATO;
- a Finlândia e a Suécia abordarão os pedidos pendentes de deportação ou extradição de suspeitos de terrorismo da Turqiua de forma expedita e exaustiva, tendo em conta as informações, provas e informações fornecidas por este país;

1

- A Finlândia e a Suécia investigarão e interditarão quaisquer actividades de financiamento e recrutamento do PKK e de todas as outras organizações terroristas e respetivas extensões;
- A Turquia, a Finlândia e a Suécia comprometem-se a combater a desinformação, e a impedir que as suas leis internas sejam abusivamente utilizadas em benefício ou promoção de organizações terroristas;
- A Finlândia e a Suécia assegurarão que os seus respectivos quadros regulamentares nacionais para a exportação de armas permitam novos compromissos com os Aliados e reflitam o seu estatuto de membros da NATO;
- a Finlândia e a Suécia comprometem-se a apoiar o maior envolvimento possível da Turquia e de outros Aliados não pertencentes à UE nas iniciativas existentes e futuras da Política Comum de Segurança e Defesa da UE, incluindo a participação no Projeto PESCO sobre Mobilidade Militar.

Por outro lado, a NATO adotou o seu **novo conceito estratégico**, disponível <u>aqui</u>, que visa estabelecer as prioridades, tarefas centrais e abordagens da Aliança para a próxima década.

O Conceito descreve o ambiente de segurança que a Aliança enfrenta, reafirma os seus valores, e explicita o objetivo fundamental da NATO de assegurar a nossa defesa coletiva. Define ainda as três tarefas fulcrais da NATO: dissuasão e defesa; prevenção e gestão de crises; e segurança cooperativa.

O documento define a Rússia como a "ameaça mais significativa e direta" à segurança dos Aliados, ao mesmo tempo que se dirige à China pela primeira vez e aos desafios que Pequim coloca à segurança, interesses e valores dos Aliados.



Os documentos também afirmam que as alterações climáticas são "um desafio determinante do nosso tempo". O Conceito Estratégico é atualizado aproximadamente todas as décadas, reafirma os valores da Aliança, fornece uma avaliação colectiva dos desafios de segurança e orienta as actividades políticas e militares da Aliança. A versão anterior foi adaptada na Cimeira de Lisboa da NATO, em 2010.

Finalmente, importa referir que esta Cimeira contou com a <u>participação de um conjunto de importantes parceiros internacionais da região do Indo-Pacífico</u>, nomeadamente a Austrália, Japão, Nova Zelândia e a República da Coreia, para debater os desafios comuns de segurança.

## 2. CIMEIRA DO G7

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, foram os representantes da UE na <u>Cimeira do G7</u> que teve lugar esta semana no Schloss Elmau, na Baviera - Alemanha. A Presidência alemã convidou também os dirigentes da Argentina, da Índia, da Indonésia, do Senegal e da África do Sul para participarem em várias sessões de trabalho durante a cimeira.

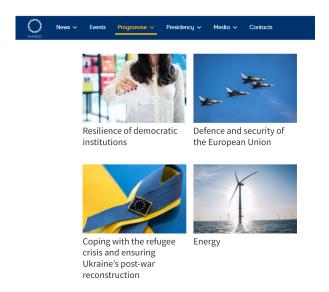
Durante a cimeira foi debatida a **Ucrânia e a cooperação em matéria de política externa**, tendo sido condenada novamente a guerra de agressão ilegal e injustificada da Rússia contra a Ucrânia (declaração aqui) e a ajuda orçamental do G7 já concedida e a conceder para apoiar a reconstrução do

país; a questão da **segurança energética e alimentar**, comprometendo-se os dirigentes a tomar medidas imediatas para garantir o aprovisionamento energético e mitigar a subida dos preços, assim como a aumentar a segurança alimentar através da Aliança Mundial para a Segurança Alimentar (declaração <u>aqui</u>); o investimento no **clima e na saúde**, tendo aprovado os objetivos de um Clube do Clima internacional aberto e cooperante que deverá ser criado até ao final de 2022, comprometendo-se a trabalhar para realizar os objetivos climáticos e tendo aprovado o pacto do G7 de preparação para a pandemia; a promoção de **parcerias para as infraestruturas e o investimento**; como dar forma à **economia mundial**; como fazer progredir a **igualdade de género**; e como dar forma à **cooperação internacional**.

Foi emitido um comunicado dos dirigentes do G7, disponível <u>aqui</u>. As <u>observações</u> do Presidente Charles Michel estão também disponíveis.

#### 3. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA CHECA DO CONSELHO DA UE

Inicia-se a 1 de julho a Presidência checa do Conselho da União Europeia, que durará até 31 de dezembro de 2022.



Foi, igualmente, conhecido o programa da Presidência checa, disponível <u>aqui</u> e as prioridades, que são sintetizadas em <u>cinco áreas principais</u>:

- 1. Gerir a crise dos refugiados e a recuperação do pós-guerra na Ucrânia
- 2. Segurança energética
- 3. Reforçar as capacidades de defesa da Europa e a segurança do ciberespaço
- 4. Resiliência estratégica da economia europeia
- 5. Resiliência das instituições democráticas

Na reunião semanal dos representantes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas realizada a 27/6/2022, teve lugar uma apresentação detalhada destas prioridades, disponível <u>aqui</u>.

## 4. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | POLÍTICA DE ALARGAMENTO

A Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu organizou esta semana uma reunião interparlamentar, em formato virtual, dedicada ao tema «A política de alargamento da UE na sequência da invasão russa da Ucrânia». A reunião contou com a participação do Comissário

Europeu para a Vizinhança e Alargamento, Olivér Várhelyi, que se referiu à decisão adotada pelo Conselho de conceder o estatuto de Estado candidato à Ucrânia e à Moldávia, bem como à decisão sobre a Geórgia, aos critérios de Copenhaga e à necessidade do seu cumprimento, aos pareceres recentes da Comissão Europeia que identificaram áreas prioritárias a seguir neste âmbito e à contínua prioridade de alargamento aos Balcãs ocidentais. Os deputados dos Parlamentos nacionais focaram as suas questões e intervenções nos progressos já alcançados pela Geórgia e na possibilidade de reverter a decisão do Conselho o mais rapidamente possível, na importância das expetativas dos países dos Balcãs ocidentais quanto à adesão, na agressão da Rússia contra a Ucrânia e a aceleração do processo de alargamento como sua consequência e nas questões específicas de cada país candidato.

A Assembleia da República participou nesta reunião com uma delegação composta pelo Deputado João Montenegro (PSD), da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e pelos Deputados Jorge Seguro Sanches (PS) e Ricardo Sousa (PSD) da Comissão de Assuntos Europeus.

A reunião contou ainda com a presença de membros dos Parlamentos dos países candidatos (Macedónia do Norte, Moldávia, Montenegro, Sérvia, Turquia e Ucrânia), assim como com convidados especiais dos Parlamentos da Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Geórgia. O vídeo da reunião encontra-se disponível aqui.

#### 5. INFLAÇÃO NA UE

Realizou-se, esta semana, o Fórum anual do Banco Central Europeu (BCE) em Sintra, sob o mote Desafios para a política monetária num mundo em rápida mudança.

Toda a informação está disponível <u>aqui</u> e destacamos a intervenção da Presidente do BCE, Christine Lagarde (disponível <u>aqui</u>), que referiu que o Banco agiria de *"forma determinada e sustentada"* para combater a inflação recorde na zona euro, especialmente se houvesse sinais de expectativas de preços a aumentar acentuadamente entre consumidores e empresas. Acrescentou que "A inflação na zona euro é indesejavelmente elevada e prevê-se que se mantenha assim durante algum tempo, (...) o que representa um grande desafio para a nossa política monetária".

Além disso, referiu que "As pressões inflacionistas estão a alargar-se e a intensificar-se", esperando-se que o crescimento dos salários na zona euro duplique para 4% este ano, acrescentando a Presidente do BCE que os estrangulamentos no fornecimento seriam provavelmente persistentes e que não havia sinais de fim dos elevados preços da energia e das mercadorias causados pela invasão russa da Ucrânia. Declarou, finalmente, que "Penso que não vamos voltar ao ambiente de baixa inflação, pois há forças que foram desencadeadas (...) que agora enfrentamos e que vão mudar o quadro e a paisagem em que operamos".

Espera-se que os dados da inflação para a zona euro combinada, que serão divulgados esta sexta-feira, atinjam um novo recorde de 8,3%. O *think tank* do PE disponibiliza uma resenha das principais publicações relacionadas com a inflação na UE, disponível <u>aqui</u>.

## 6. PROVEDORA DE JUSTIÇA - SMS DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

Na Síntese n.º 108, demos nota de que a Provedora de Justiça da UE criticara a forma como a Comissão tratou um pedido de acesso público a mensagens de texto entre a sua Presidente e o CEO de uma empresa farmacêutica, tendo recomendado que fosse feita uma pesquisa mais extensa das mensagens relevantes. A recomendação está disponível aqui.

Importa recordar que, em abril de 2021, o *New York Times* publicou um artigo no qual relatava que a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e o CEO da *Pfizer* tinham trocado SMS relacionadas com a aquisição de vacinas COVID-19, o que levou um jornalista a solicitar acesso público a

mensagens de texto e outros documentos relacionados com a troca. A Comissão identificou três documentos como sendo abrangidos pelo âmbito do pedido - um e-mail, uma carta, e um comunicado de imprensa - que foram todos divulgados.

O queixoso recorreu ao Provedor de Justiça uma vez que a Comissão não tinha identificado quaisquer mensagens de texto. Em resposta ao pedido de acesso público de um jornalista, a Comissão afirmou que não tinha sido mantido qualquer registo de tais mensagens, que estavam relacionadas com a compra de vacinas COVID-19.

O inquérito do Provedor de Justiça revelou que <u>os serviços da Comissão não solicitaram</u> <u>explicitamente ao Gabinete do Presidente que procurasse mensagens de texto</u>, tendo sim pedido que procurasse documentos que preenchessem os critérios internos da Comissão para o registo - as mensagens de texto não são actualmente consideradas como preenchendo esses critérios.

A Provedora de Justiça solicitou à Comissão que pedisse ao gabinete pessoal da Presidente da Comissão que procurasse novamente as mensagens de texto relevantes. Se forem identificadas quaisquer mensagens de texto, a Comissão deve então avaliar se estas cumprem os critérios - ao abrigo da lei de acesso aos documentos da UE - para serem divulgadas.

Recorde-se que o <u>Regulamento 1049/2001</u>, que estabelece o direito de acesso do público aos documentos da UE, define um documento como "qualquer conteúdo, seja qual for o seu suporte (escrito em papel ou armazenado em formato electrónico ou como uma gravação sonora, visual ou audiovisual) relativo a um assunto relacionado com as políticas, actividades e decisões que se enquadrem na esfera de responsabilidade da instituição".

A Comissão respondeu às conclusões da Provedora de Justiça (resposta disponível aqui) relativamente à sua recusa em dar acesso público a mensagens de texto entre a sua Presidente e o CEO da *Pfizer*, mencionando que não consegue localizar as mensagens. A Comissária Vera Jourová referiu que as SMS são "documentos de curta duração e efémeros" e que não são guardados, e por isso a Comissão não os tem. Acrescentou que "A Comissão pode confirmar que a pesquisa realizada pelo gabinete da Presidente para mensagens de texto relevantes correspondentes ao pedido de acesso aos documentos não produziu qualquer resultado".

A análise inicial da Provedora de Justiça é que a resposta é problemática em vários pontos. A decisão final, a ser publicada dentro das próximas semanas, incluirá uma análise completa. Todo o dossiê está disponível aqui.

A questão de saber se as mensagens de texto devem ser registadas está a ser abordada numa <u>iniciativa estratégica</u> em curso separada sobre a <u>forma como as instituições da UE registam o texto e as mensagens instantâneas enviadas/recebidas</u> pelos membros do pessoal na sua capacidade profissional.

A Presidente da Comissão Especial do PE sobre a COVID-19 criticou "*a falta de transparência*" e o *Politico* publica uma análise detalhada deste caso, disponível <u>aqui</u>.



#### 7. COMISSÃO EUROPEIA

Relatório de Prospetiva Estratégica 2022

A Comissão Europeia adotou esta semana o <u>Relatório de prospetiva estratégica de 2022 - Geminação</u> <u>das transições ecológica e digital no novo contexto geopolítico</u>. Este relatório identifica <u>dez domínios</u> de

ação fundamentais com o objetivo de maximizar as sinergias e coerência entre as ambições climática e digital da Europa: (1) reforçar a resiliência e autonomia estratégica aberta em setores críticos para a dupla transição; (2) intensificar a diplomacia verde e digital; (3) gerir estrategicamente o aprovisionamento de matérias e produtos de base críticos; (4) reforçar a coesão económica e social; (5) adaptar os sistemas de educação e formação a uma realidade tecnológica e socioeconómica em rápida transformação; (6) mobilizar investimentos adicionais preparados para o futuro em novas tecnologias e infraestruturas; (7) desenvolver um quadro de acompanhamento para medir o bem-estar para além do PIB; (8) assegurar um quadro regulamentar para o mercado único preparado para o futuro; (9) intensificar uma abordagem global da normalização; e (10) promover um quadro sólido de cibersegurança e partilha de dados segura.

Ao alcançar as ambições climática e digital, a UE reforçará a sua resiliência intersetorial e autonomia estratégica aberta, ficando preparada para enfrentar novos desafios globais até 2050. O relatório apresenta uma análise holística e orientada para o futuro das interações entre a dupla transição, tendo em conta o papel das tecnologias novas e emergentes, bem como os principais fatores geopolíticos, sociais, económicos e regulamentares que moldam a sua geminação — ou seja, a sua capacidade de se reforçar mutuamente.

A Comissão preparou sobre o tema a habitual seção de perguntas e respostas.

#### Política de Coesão e apoio à Ucrânia

A Comissão adotou um <u>pacote de «assistência flexível aos territórios (FAST-CARE)»</u>, que procura alargar a ajuda já prestada no âmbito da <u>Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa</u> (CARE) e prevê apoios acrescidos e maior flexibilidade em matéria de financiamento no quadro da política de coesão. Este pacote introduz três alterações às regras da política de coesão nos períodos de 2014-2020 e 2021-2027 para acelerar e simplificar ainda mais o apoio dos Estados-Membros à integração de nacionais de países terceiros, ao mesmo tempo que continua a ajudar as regiões a recuperar da pandemia de COVID-19:

- Apoio reforçado a todos quantos acolhem pessoas deslocadas Estados-Membros, autoridades locais e organizações da sociedade civil;
- Garantia de que os investimentos são canalizados para onde são necessários;
- Apoio prático para resolver o problema dos atrasos na execução dos projetos.

A seção de perguntas e respostas encontra-se disponível aqui.

## Nova regras de itinerância - Roaming

Entra hoje (1 de julho) em vigor o novo Regulamento Itinerância melhorado que prolonga, até 2032, o regime de «itinerância como em casa», graças ao qual as pessoas que viajam no território da UE e do EEE podem telefonar, enviar texto e navegar na Internet sem encargos adicionais. As novas regras apresentam vantagens não só para os cidadãos mas também para as empresas e facilitam o acesso aos serviços de emergência em toda a UE, garantindo-se que os cidadãos tenham conhecimento do número de emergência único da UE, o 112, que podem utilizar em qualquer parte da UE para contactar os serviços de emergência. Até junho de 2023, os operadores deverão passar a enviar, aos seus clientes que viajam no estrangeiro, mensagens de informação sobre os meios alternativos disponíveis para contactar os serviços de emergência. São ainda estabelecidos preços mais baixos entre operadores, fixando-se limites máximos de tarifas grossistas.

O funcionamento das novas regras encontra-se detalhadamente explicado na seção de <u>perguntas e</u> <u>respostas</u>.

## <u>8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE</u>

#### Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia (Energia)

O <u>Conselho</u> adotou posições de negociação sobre duas propostas no âmbito do <u>pacote Objetivo 55:</u> revisão da <u>Diretiva Eficiência Energética e revisão da Diretiva Energias Renováveis</u>. A Presidência apresentou nesta reunião o <u>relatório</u> dos progressos realizados no que se refere à proposta relativa ao desempenho energético dos edifícios e o <u>relatório</u> sobre a proposta de redução das emissões de metano na UE. Foi também adotado um <u>regulamento relativo ao armazenamento de gás</u> e trocados pontos de vista sobre a situação energética da UE no contexto da guerra na Ucrânia.

#### Conselho (Ambiente)

Os ministros adotaram uma <u>orientação geral</u> sobre vários dossiês do <u>pacote Objetivo 55</u>. Foi ainda alcançada uma <u>orientação geral sobre a proposta de reduzir ao mínimo o consumo de produtos provenientes de cadeias de abastecimento associadas à desflorestação ou à degradação florestal, bem como foi apresentado pela Presidência uma <u>relatório</u> sobre os progressos dos debates sobre uma proposta de regulamento que visa reforçar as regras da UE em matéria de transferências de resíduos.</u>

## 9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

#### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do Parlamento Europeu, com destaque para a apresentação das prioridades da Presidência checa do Conselho da UE; This is europe: debate com o Primeiro-Ministro grego Kyriakos Mitsotakis; votação sobre a inclusão de gás e nuclear na taxonomia da UE; votação da adesão da Croácia ao euro; debate sobre o Brexit - desenvolvimentos sobre a Irlanda do Norte.

#### Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>7 de julho</u>, destacando-se o *Novo Programa Europeu de Inovação*.

#### Conselho da União Europeia

Não estão previstas reuniões do Conselho na próxima semana.

## 10. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de junho <u>aqui</u> e do arquivo online <u>aqui</u>.

Bruxelas | 1 de julho de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.